

Mapfre Previdência S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026

Mapfre Previdência S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2026

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais.....	11
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações financeiras intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 da Mapfre Previdência S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Rendas de contribuições e prêmios emitidos

As receitas com rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram no semestre de 2026 R\$ 107,1 milhões, um decréscimo de 15,2% ou R\$ 19,1 milhões em relação ao mesmo período de 2025. A menor emissão de novos negócios, associada ao aumento das portabilidades de saída, contribuiu para a redução das contribuições e, conseqüentemente, das receitas do período.

Sinistralidade

A sinistralidade no semestre de 2026 foi de 21,0% redução de 2,0 p.p. em relação ao semestre de 2025 decorrente da redução nas despesas com sinistros produto Dotal Misto.

Despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 8,1 milhões no semestre de 2026, o que representa um aumento de 10,6% em relação ao ano anterior. O crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo reajuste das despesas com pessoal decorrente do dissídio salarial e pelo aumento dos custos com serviços de terceiros.

Resultado financeiro

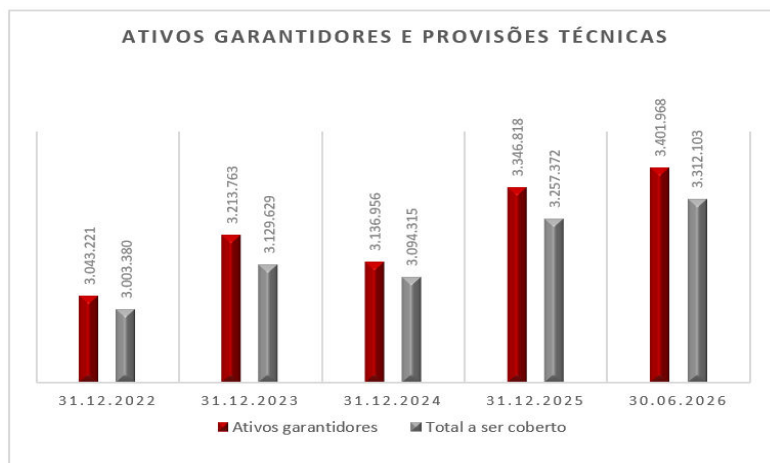
O resultado financeiro totalizou primeiro semestre uma receita de R\$ 20,9 milhões, o que representa uma melhora de R\$ 32,5 milhões em relação ao ano anterior, principalmente devido ao maior rendimento das aplicações, impulsionado pela elevação da taxa de juros e pela variação positiva da Provisão de Excedente Financeiro – PEF.

Resultado do semestre

O resultado totalizou no semestre de 2026 um lucro de R\$ 13,1 milhões, melhora de R\$ 18,3 milhões em relação ao ano anterior. Esta variação decorre, principalmente, pela melhora do resultado financeiro.

Declaração de capacidade financeira

A Mapfre Previdência S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da Mapfre Previdência S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Mapfre e orienta a forma como a Companhia gera valor para a sociedade, impulsionando negócios mais perenes e responsáveis. Por meio de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade, a Mapfre promove iniciativas que integram, de forma contínua, os compromissos de sustentabilidade às suas operações, produtos e parcerias.

Com o objetivo de incorporar os aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) ao negócio, a Mapfre desenvolveu o projeto Corretor Sustentável, uma iniciativa pioneira voltada ao engajamento dos corretores de seguros em sua jornada de sustentabilidade. O projeto foi criado para incentivar a adoção de práticas sustentáveis no dia a dia dos parceiros comerciais, reconhecendo o papel estratégico dos corretores como agentes de transformação junto aos clientes e às comunidades onde atuam.

Nesse contexto, a Mapfre também prioriza o desenvolvimento de seguros inclusivos como parte de sua estratégia de negócios. O objetivo é contribuir para a ampliação do acesso à proteção financeira por diferentes perfis da população. Esses produtos buscam atender às necessidades específicas de grupos que enfrentam maiores barreiras de acesso ao mercado segurador, promovendo inclusão, acessibilidade securitária e maior resiliência financeira diante de imprevistos.

Por meio dessas iniciativas, a Mapfre reafirma seu compromisso de gerar impacto positivo para a sociedade, contribuindo para um setor de seguros mais acessível, resiliente, responsável e alinhado aos desafios do desenvolvimento sustentável.

FUNDACIÓN Mapfre

A *Fundación Mapfre* atua no Brasil com o objetivo de promover qualidade de vida e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas estruturadas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultura. Sua atuação é fortalecida por parcerias com órgãos públicos, universidades, centros de

pesquisa, Secretarias de Educação, Prefeituras, Departamentos Estaduais de Trânsito e instituições estratégicas, permitindo ampliar o alcance dos programas e adaptar as ações às necessidades de diferentes territórios.

No primeiro semestre de 2026, mais de 285 mil pessoas foram beneficiadas pelas iniciativas realizadas no país. Entre os principais destaques do período, estão a expansão dos programas educativos, o avanço de estudos e pesquisas em parceria com instituições de referência, a promoção da educação financeira e securitária entre jovens, o apoio a projetos sociais e a valorização de iniciativas de inovação social com potencial de impacto.

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO Mapfre, com base na Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612 de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

Mapfre Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mapfre Previdência S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Previdência S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas (PMBaC, PMBC, PEF e PCC) e a realização do teste de adequação de passivos (TAP)

Principais assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3(j), 3(k), 3(l) e 14. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de seguros e previdência, tais como provisão de excedente financeiro (PEF), Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) dos produtos “Vida Individual” e “Tradicional”, Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) e provisão complementar de cobertura (PCC), a Companhia utiliza de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, tabela de mortalidade, taxa de conversão em renda e permanência, taxas de desconto e de juros. A Companhia também registra a provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) dos produtos “VGBL/PGBL”, que representa cerca de 76% do total dos passivos da Companhia. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria, dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas, bem como devido a representatividade dos saldos dessas provisões técnicas e volumes transacionados.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: (i) entendimento do processo de controles internos e critérios de mensuração relativos a provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC), a provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), Provisão de excedente financeiro (PEF), Provisão complementar de cobertura (PCC) e o teste de adequação de passivos; (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como: tabela de mortalidade, taxa de conversão em renda e permanência, taxas de desconto e de juros, utilizadas na mensuração da Provisão complementar de cobertura (PCC) e do teste de adequação de passivos (TAP); e - no recálculo do teste de adequação de passivos (TAP) e da respectiva Provisão complementar de cobertura (PCC), para os planos em fase de concessão de benefícios, considerando as práticas atuariais usualmente aceitas. (iii) Confronto das bases de dados utilizadas no cálculo das provisões, com os respectivos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no cálculo das provisões técnicas, como valores das contribuições e prêmios, benefícios e resgates, tipo de plano, data de registro, data de nascimento do participante, período de vigência, valor da cota dos fundos de investimento, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; (v) conciliação dos saldos das provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC) dos produtos “VGBL/PGBL”, para com os valores dos respectivos fundos de investimentos previdenciários; (vi) recálculo global da atualização monetária dos saldos da provisão matemática de benefícios a

	conceder (PMBaC) e da provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC); (vii) conciliação da movimentação dos saldos contábeis da provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) e de benefícios concedidos (PMBC), com os respectivos registros oficiais e bases analíticas de arrecadação, de resgates, portabilidades e benefícios concedidos, e com os respectivos extratos de liquidação financeira; (viii) recálculo, com base em amostragem, da provisão de excedente financeiro (PEF); e (ix) avaliação das divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Carolina Maciel Messias dos Santos

Contadora CRC 1SP246031/O-8

Mapfre Previdência S.A.**Balancos patrimoniais**

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		2.678.713	2.601.440
Disponível	5	35	32
Caixa e bancos		35	32
Equivalentes de caixa	5	150	84
Aplicações	6	2.658.118	2.579.245
Créditos das operações com seguros e resseguros		632	-
Operações com resseguradoras	8	632	-
Créditos das operações com previdência complementar		446	436
Valores a receber		446	436
Outros créditos operacionais	7	4.754	5.500
Ativos de resseguro	8a	1.421	1.038
Títulos e créditos a receber		3.100	4.573
Títulos e créditos a receber		1.261	1.321
Créditos tributários e previdenciários	20b	1.366	2.875
Outros créditos		473	377
Outros valores e bens		6	6
Outros valores		6	6
Despesas antecipadas		76	27
Custos de aquisição diferidos	9	9.975	10.499
Seguros		9.716	10.191
Previdência		259	308
Ativo não circulante		828.414	846.051
Realizável a longo prazo		827.742	845.356
Aplicações	6	743.850	767.573
Outros créditos operacionais	7	22.126	22.878
Ativos de resseguro	8a	3.193	2.984
Títulos e créditos a receber		43.129	35.096
Créditos tributários e previdenciários	20b	40.046	32.140
Depósitos judiciais e fiscais	17a	3.083	2.956
Custos de aquisição diferidos	9	15.444	16.825
Seguros		15.199	16.471
Previdência		245	354
Investimentos		507	488
Participações societárias		507	488
Imobilizado		156	193
Bens móveis		156	193
Intangível		9	14
Outros intangíveis		9	14
Total do ativo		3.507.127	3.447.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Previdência S.A.**Balanços patrimoniais**

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		158.290	156.773
Contas a pagar		8.159	6.314
Obrigações a pagar	10	1.591	2.580
Impostos e encargos sociais a recolher		2.466	2.302
Encargos trabalhistas		1.777	1.349
Impostos e contribuições	11	2.325	83
Débitos de operações com seguros e resseguros		8.714	7.836
Operações com resseguradoras	8b	7.733	7.138
Corretores de seguros e resseguros	12	981	698
Depósitos de terceiros	13	560	166
Provisões técnicas - seguros	14	67.373	71.577
Vida com cobertura por sobrevivência		67.373	71.577
Provisões técnicas - previdência complementar	14	73.484	70.880
Planos não bloqueados		13.048	12.595
PGBL		60.436	58.285
Passivo não circulante		3.176.612	3.119.734
Provisões técnicas - seguros	14	1.549.812	1.525.860
Vida com cobertura por sobrevivência		1.549.812	1.525.860
Provisões técnicas - previdência complementar	14	1.626.243	1.593.392
Planos não bloqueados		236.109	234.196
PGBL		1.390.134	1.359.196
Outros débitos		557	482
Provisões judiciais	17	557	482
Patrimônio líquido	18	172.225	170.984
Capital social	18a	246.274	196.274
Aumento de capital	18a	-	50.000
Ajuste de avaliação patrimonial	18b	(60.069)	(48.210)
Prejuízos acumulados		(13.980)	(27.080)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.507.127	3.447.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Previdência S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de contribuições e prêmios	19b	71.309	87.757
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(69.968)	(86.622)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		1.341	1.135
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		15.498	15.029
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		845	(3.193)
(-) Benefícios retidos	19d	(570)	(129)
(-) Custos de aquisição	19e	(2.721)	(3.426)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19f	(4.229)	3.445
(+) Prêmios emitidos	19c	32.171	35.485
(+) Contribuições para cobertura de riscos	19c	3.595	2.956
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios	19c	(16.284)	(15.248)
(=) Prêmios ganhos	19a/c	19.482	23.193
(-) Sinistros ocorridos	19d	(3.523)	(5.226)
(-) Custos de aquisição	19e	(5.508)	(6.102)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19f	791	2.670
(+/-) Resultado com resseguro	19g	(13.016)	(10.131)
(+) Receitas com resseguro		2.073	3.920
(-) Despesas com resseguro		(15.089)	(14.051)
(-) Despesas administrativas	19h	(8.136)	(7.352)
(-) Despesas com tributos	19i	(2.945)	(3.215)
(+) Resultado financeiro	19j	20.853	(11.641)
(+) Resultado patrimonial		19	20
(=) Resultado operacional		18.181	(4.923)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		18.181	(4.923)
(-) Imposto de renda	20a	(2.985)	-
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	20a	(1.798)	-
(-) Participações sobre o resultado		(298)	(292)
(=) Lucro líquido/(Prejuízo) líquido do semestre		13.100	(5.215)
(/) Quantidade de ações	18a	1.010.859	715.368
(=) Lucro líquido/ (Prejuízo líquido) por ação		12,96	(7,29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Previdência S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre		13.100	(5.215)
Itens que podem ser reclassificados subsequentemente para o resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros		(13.732)	5.549
Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6e	(22.855)	9.133
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(33)	114
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre o valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20b	9.156	(3.698)
Outros resultados abrangentes		1.873	(1.416)
Variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura	18b	3.123	(2.359)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre os demais ajustes patrimoniais	20b	(1.250)	943
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos		1.241	(1.082)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Previdência S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo/Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025		196.274	-	(48.832)	(23.666)	123.776
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	18b	-	-	5.480	-	5.480
Variação líquida de outros resultados abrangentes- provisão complementar de cobertura	18b	-	-	(1.416)	-	(1.416)
Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros		-	-	69	-	69
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	(5.215)	(5.215)
Saldo em 30 de junho de 2025		196.274	-	(44.699)	(28.881)	122.694
 Saldo em 1º de janeiro de 2026		 196.274	 50.000	 (48.210)	 (27.080)	 170.984
Aprovação de aumento de capital em 18 de fevereiro de 2026	18a	50.000	(50.000)	-	-	-
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	18b	-	-	(13.713)	-	(13.713)
Variação líquida de outros resultados abrangentes- provisão complementar de cobertura	18b	-	-	1.873	-	1.873
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	(19)	-	(19)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	13.100	13.100
Saldo em 30 de junho de 2026		246.274	-	(60.069)	(13.980)	172.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Previdência S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto****Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025****(Em milhares de reais)**

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/ (Prejuízo) líquido do semestre		13.100	(5.215)
Ajustes para:		388.997	399.519
Depreciação e amortização		42	43
Variação das provisões técnicas - seguros e previdência complementar	14b	389.352	401.606
Variação das provisões técnicas ativos de resseguro	8c	(2.386)	(4.169)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos		14	301
Custos de aquisição diferidos	9	1.905	1.755
Tributos diferidos		14	47
Variação das provisões judiciais	17	75	(45)
Outros ajustes		(19)	(19)
Variação nas contas patrimoniais:		(399.408)	(393.115)
Aplicações		(78.038)	(55.729)
Créditos das operações de seguros e resseguros		(632)	2.521
Créditos das operações com previdência complementar		(10)	6
Ativos de resseguro – provisões técnicas	8c	1.794	2.967
Títulos e créditos a receber		60	(391)
Créditos tributários e previdenciários		1.495	(939)
Despesas antecipadas		(49)	(19)
Depósitos judiciais e fiscais		(127)	(81)
Outros ativos		1.388	(3.147)
Obrigações a pagar		(989)	(4.045)
Impostos e contribuições		4.862	699
Débitos de operações com seguros e resseguros		878	420
Débitos de operações com previdência complementar		-	(931)
Depósitos de terceiros		394	(536)
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar	14b	(331.026)	(334.503)
Provisões judiciais	17	-	(31)
Outros passivos		592	624
Caixa gerado pelas operações		2.689	1.189
Imposto de renda sobre o lucro - pago		(848)	(712)
Contribuição social sobre o lucro - pago		(1.772)	(430)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		69	47
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		69	47
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	116	110
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	185	157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

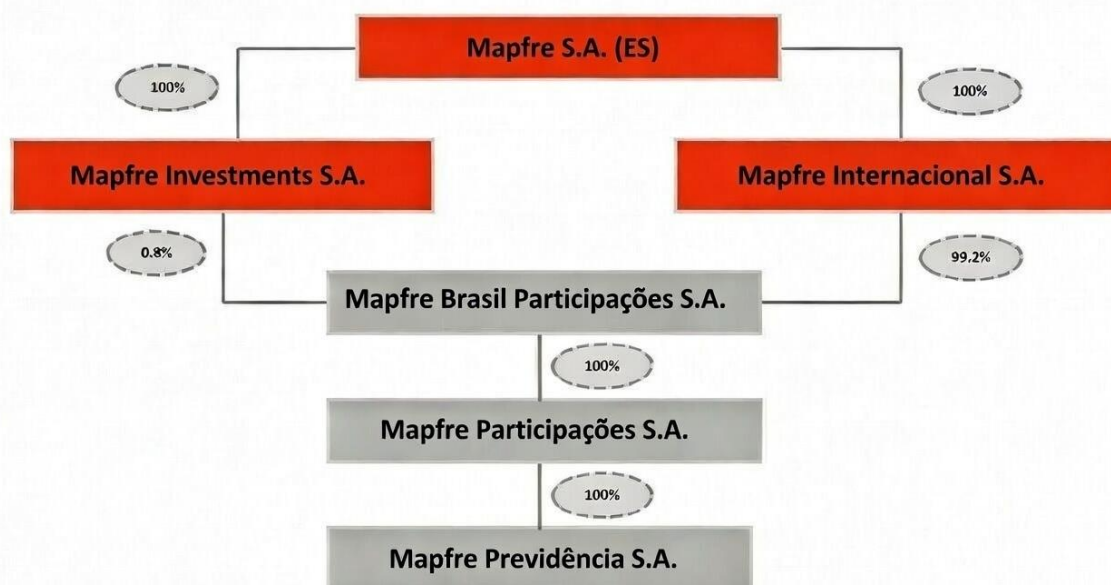
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mapfre Previdência S.A., doravante denominada por “Companhia”, é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e cadastrada no CNPJ nº 04.046.576/0001-40.

A Companhia é integrante do GRUPO Mapfre, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a Mapfre Participações S.A., e o controlador em última instância é a Mapfre S.A. (ES).

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO Mapfre, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO Mapfre.

Em 30 de junho de 2026, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2026.

b) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A moeda funcional da Companhia é o Real.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, as revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro: com base na avaliação da transferência significativa de risco de seguro para fins de classificação contábil;
- Notas 3j e 14 – Provisões técnicas: cuja mensuração requer a utilização de premissas atuariais e estimativas relacionadas aos fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro; e
- Nota 3l - Teste de adequação dos passivos (TAP): requer julgamento na definição das premissas utilizadas para avaliar a suficiência dos passivos registrados em relação aos fluxos de caixa futuros estimados.

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da demonstração financeira intermediária, que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- Nota 6 – Aplicações financeiras: requer a utilização de técnicas de avaliação e premissas de mercado para instrumentos financeiros sem preços observáveis em mercados ativos;
- Nota 14 - Provisões técnicas: cuja mensuração requer a utilização de premissas atuariais e estimativas relacionadas aos fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro; e
- Nota 17 - Provisões judiciais: cuja mensuração requer julgamento quanto à probabilidade de perda e à estimativa dos desembolsos necessários para a liquidação das respectivas obrigações.

e) Segregação entre Circulante e Não Circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

Os fundos de investimentos especialmente constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantia das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função de os títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes.

A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

f) Novas normas e interpretações, ainda não adotadas

• Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, estabelece a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da extinção do IOF incidente sobre operações de seguros. A nova sistemática tributária adota o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, fundamentado nos princípios da ampla base de incidência, da não cumulatividade, da transparência e da tributação no destino.

A apuração da CBS e do IBS será realizada com base nas informações constantes dos documentos fiscais eletrônicos, observadas as disposições aplicáveis ao regime geral e ao regime específico das atividades financeiras e securitárias, conforme previsto na nova sistemática tributária.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela publicação da primeira versão dos regulamentos da CBS e do IBS. Nesse contexto, a Companhia realizou o mapeamento dos principais impactos da Reforma Tributária do Consumo nos âmbitos tecnológico, operacional, fiscal, contábil e de obrigações acessórias, promovendo discussões internas

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

e iniciativas preparatórias para a adequação ao novo modelo. No segundo semestre de 2026, os esforços estarão concentrados no detalhamento e na implementação das adaptações necessárias, em paralelo à evolução das discussões de mercado e ao processo de consolidação da regulamentação da CBS e do IBS.

Até 30 de junho de 2026, os efeitos decorrentes desses eventos não são passíveis de reconhecimento ou mensuração contábil nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, permanecendo a Companhia em acompanhamento contínuo da evolução da regulamentação aplicável.

• CPC 51- Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

CPC 51 - IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (correspondente, no Brasil, ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis).

O novo pronunciamento introduz três principais mudanças: (i) a exigência de classificação das receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado — operacional, investimento e financiamento —, com a apresentação de subtotais obrigatórios, entre eles o "resultado operacional" e o "resultado antes das despesas financeiras e dos tributos sobre o lucro"; (ii) a exigência de divulgação, em nota explicativa específica, das medidas de desempenho definidas pela administração (*management-defined performance measures*), incluindo sua reconciliação com os subtotais requeridos pelas normas contábeis; e (iii) o aprimoramento dos princípios de agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis e em notas explicativas.

O CPC 51 - IFRS 18 tem vigência obrigatória para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. O pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP, órgão do qual depende sua aplicabilidade obrigatória às sociedades seguradoras.

A Administração registra que não pretende implementar a recomendação para fins de atendimento regulatório das demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não identifica exigência normativa específica nesse sentido. Não obstante, realizará uma avaliação dos potenciais impactos da matéria no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas das entidades das quais participa, considerando os requisitos de reporte e divulgação aplicáveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

valor e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

- **Mensuração e classificação**

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características contratuais dos seus fluxos de caixa, mediante avaliação de que os pagamentos previstos representam exclusivamente principal e juros - teste conhecido como *Solely Payment of Principal and Interest* (SPPI).

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, acrescido dos custos de transação, exceto nos casos em que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são registrados diretamente no resultado.

Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias:

- i. *Mensuradas a custo amortizado*

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest*).

- ii. *Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes* (VJORA)

Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes com títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("*impairment*").

- iii. *Mensurados pelo valor justo por meio do resultado* (VJR)

São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest*), são classificados como VJR.

- **Determinação do valor justo**

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo, ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Para ativos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço, o valor justo é determinado com base no preço de mercado cotado ou na cotação de balcão correspondente (preço de venda para posições compradas e preço de compra para posições vendidas), sem qualquer dedução de custos de transação.

Quando não há preço de mercado disponível para determinado instrumento financeiro, o valor justo é estimado pelo custodiante por meio de técnicas de avaliação amplamente aceitas no mercado financeiro, considerando as características específicas do instrumento e refletindo adequadamente os diversos riscos a que está exposto.

Entre os principais métodos de valoração, destacam-se: modelo de fluxo de caixa descontado; comparação com instrumentos financeiros similares negociados em mercados com preços observáveis; modelos de precificação de opções; modelos baseados em risco de crédito; e outras metodologias reconhecidas de avaliação.

c) Redução ao valor recuperável*i. Ativos financeiros*

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro.

O *déficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato, de acordo com a metodologia ECL considerando as variáveis como *"Recovery Rate"*, *"Loss Given Default"* e *"Probability Default"*.

A calibração de probabilidades de inadimplência é com base na agência Bloomberg para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros, representados por títulos públicos, onde apresentam um baixo risco de perdas a carteira da Companhia.

Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Companhia utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN (International Securities Identification Number)* das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

ii. Operações de resseguros

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

A Companhia reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de ativos cujas contrapartes são resseguradores mediante estudo interno. O estudo técnico considera a estimativa da necessidade da redução ao valor recuperável (RVR) a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPNG, ativo de resseguro de sinistros e créditos com resseguradores a recuperar), com base no histórico de no mínimo 5 anos de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de perda em função do *rating* da contraparte.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

d) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% a 20%.

e) Intangível

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *softwares*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas de 10% a 20%.

f) Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

g) Mensuração dos contratos de seguros e das receitas relacionadas aos contratos de seguros

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo à data de fechamento do patrimônio líquido do fundo.

h) Resseguro

É a operação pela qual a Companhia transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados.

Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade “proporcional” são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade “não proporcional” são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos.

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, esses ativos são ajustados ao seu valor recuperável, levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c *ii*.

Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

i) Custos de aquisição diferidos

São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de contratos de previdência e apólices de seguros dotado misto, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método “*pro-rata-die*”.

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

j) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Vida individual e dotal misto

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, incluindo atualizações monetárias. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais.

O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro.

A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura - PDC é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída mensalmente para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates e portabilidade referentes a sinistros ocorridos e a ocorrer relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização; e pagamento de benefícios relativos a sinistros ocorridos no caso de produtos estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples - PDR é calculada mensalmente com base na metodologia prevista em técnica atuarial e constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

regime financeiro de repartição simples, considerando também despesa relacionada à sindicância. A provisão abrange não somente as despesas incorridas e ainda não liquidadas relacionadas a sinistros ocorridos, como também as estimativas relativas às despesas a ocorrer relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência

As Provisões Matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC vinculada aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de previdência da modalidade gerador de benefícios livres - PGBL representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em Fundo de Investimentos Especialmente Constituídos - FIE.

Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC representa o valor atual dos compromissos da Companhia para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios, sob a forma de renda, considerando a opção de renda e juros garantidos determinados no contrato de concessão, e sobrevida do assistido a cada data base do cálculo.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, incluindo atualizações monetárias. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais.

O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 60 (sessenta) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro.

A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura - PDC é calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial e constituída mensalmente para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates e portabilidade referentes a sinistros ocorridos e a ocorrer relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização; e pagamento de benefícios relativos a sinistros ocorridos no caso de produtos estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples - PDR é calculada mensalmente com base na metodologia prevista em técnica atuarial e constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, considerando também despesa relacionada à sindicância. A provisão abrange não somente as despesas incorridas e ainda não liquidadas relacionadas a sinistros ocorridos, como também as estimativas relativas às despesas a ocorrer relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de Repartição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura, mensalmente, abrangendo os riscos assumidos e emitidos e os riscos vigentes e não emitidos.

A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP, de acordo com o item 3l desta nota.

k) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSsb (male/female)	0% a.a.	0%

l) Teste de Adequação dos Passivos - TAP

A Companhia elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e a Resolução CNSP nº 432 e Circular SUSEP nº 648 e alterações, ambas de 12 de novembro de 2021, a cada data de balanço e que estão vigentes na data de

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As projeções de fluxos de caixa dos contratos e certificados de riscos de sobrevivência assumidos pela companhia de acordo com características do plano, até a data-base de cálculo estão agrupadas de acordo com produto, tipo de cobertura/renda, tábua de mortalidade do plano, taxa de juros do plano, indexador do plano, percentual de excedente financeiro, forma de pagamento do excedente financeiro, ano de nascimento do participante, ano de entrada no plano, ano de término do diferimento. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP (ETTJ).

Na apuração das premissas para as projeções dos fluxos de caixas, foram consideradas as melhores estimativas da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 5 anos de análise por grupos de contratos. O teste foi elaborado por grupo de contratos, bruto de resseguro, com base nas premissas aplicáveis a cada grupo. As principais premissas utilizadas para o grupo FGB/PGBL/VGBL foram taxa de conversão em renda de 2,90% e taxa de resgate de 97,10%, enquanto para o grupo total misto, foi considerada a taxa de resgate de 100%. Não houve alterações das premissas no período. Também foram consideradas as premissas abaixo:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGP-M, TR - (ETTJ SUSEP)
Tábua de mortalidade	BR-EMS
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGP-M e TR

De acordo com a Legislação Vigente, não podemos efetuar compensações entre fluxos relacionados a diferentes provisões, e com essa impossibilidade de compensação, o Grupo Produtos/Planos PMBC apresentou uma necessidade de Provisão Complementar de Cobertura no montante de R\$ 1.815 (R\$ 5.763 em 31 de dezembro de 2025), e para a PMBAC não houve necessidade de Provisão Complementar de Cobertura, como demonstrado a seguir:

Grupo de contrato	Resultado TAP (PMBaC)		Resultado TAP (PMBC)		Resultado TAP (PPNG)	
	Registrado	Não registrado	Registrado	Não registrado	Registrado	Não registrado
Dotal misto	79.037	-	-	-	-	-
FGB/PGBL/VGBL	7.262	26.163	(1.815)	-	11	-
PCC contabilizada	-	-	(1.815)	-	-	-

Conforme facultado na Circular SUSEP nº 678 10 de outubro de 2022, a Companhia adotou como política contábil, aprovada pelo Conselho de Administração, a alocação da variação da PCC em decorrência de alteração na Taxa de Juros (ETTJ) no Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 16.617 (R\$ 9.970 líquida dos efeitos tributários). A variação da PCC, no período, originária do risco de seguro, foi registrada contra o resultado do semestre no montante bruto de R\$ 827, na rubrica variação de outras provisões técnicas.

m) Provisões, passivos e ativos contingentes

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda, que levam em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando a certeza do ganho e seu custo ou o valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

n) Benefícios aos empregados*i. Obrigações de curto prazo*

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela Mapfre Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante. A Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios pós-emprego

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa calculados e provisionados no montante de R\$ 18 (R\$ 21 em 30 de junho de 2025).

iv. Plano de Incentivo de Médio Prazo do GRUPO Mapfre

A Companhia participa do Plano de Incentivo de Médio Prazo do GRUPO Mapfre, administrado pela Mapfre S.A. (ES) e destinado a determinados executivos e profissionais-chave. O Plano contempla componentes em espécie e componentes vinculados a ações da controladora, condicionados ao cumprimento de requisitos de permanência e desempenho ao longo de ciclo plurianual de três anos. Os participantes recebem inicialmente unidades representativas do incentivo, cuja liquidação ocorre de acordo com as condições previstas no regulamento do Plano.

Os custos relacionados ao componente baseado em ações atribuível aos participantes vinculados à Companhia são posteriormente repercutidos pela Mapfre S.A. (ES) mediante faturamento específico. Em razão dessa sistemática, esse componente do Plano é contabilizado pela Companhia como pagamento baseado em ações liquidado em caixa (*cash-settled*), em conformidade com o CPC 10 (R1).

A obrigação relacionada ao Plano é revisada periodicamente com base nas estimativas de atingimento das condições de desempenho e permanência dos participantes elegíveis. Para fins de reconhecimento contábil, a Companhia utiliza as informações e estimativas fornecidas pela MAPFRE S.A. (ES), Administradora do Plano, refletindo a melhor estimativa da obrigação na data de reporte.

o) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem, substancialmente contratos de previdência e receitas com resgates que são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros.

p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 mil no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente é o imposto a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O tributo diferido ativo é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se forem relacionados com o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

q) Participações nos lucros

A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último período, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da Mapfre estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo Mapfre Brasil, incluindo as empresas do conglomerado como a Mapfre RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.

b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.

c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no Grupo Mapfre Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhorias sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos a tempo.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

negócios, a Companhia investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança:

- **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração, deliberação e supervisão das atividades no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governança do Grupo. Ao Conselho de Administração compete aprovar os objetivos gerais do negócio, os planos estratégicos para alcançá-los, bem como seus orçamentos anuais e planos de investimentos, as políticas e diretrizes gerais, sempre visando os melhores interesses do Grupo Mapfre e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Riscos:** o Comitê de Riscos é um órgão colegiado, de natureza permanente e caráter consultivo, vinculado à Diretoria da Mapfre Seguros Gerais S.A., na supervisão e gestão dos riscos relevantes que possam afetar o conglomerado supervisionado, em conformidade com a Resolução CNSP nº 467 de 25 de abril de 2024 e demais normativos internos. Sua finalidade é apoiar à Diretoria no desempenho das atribuições relativas à gestão de riscos da Mapfre.
- **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Mapfre S.A.;
- **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da Mapfre Brasil no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO Mapfre. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e, além de assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO Mapfre; e
- **Comitê de Fraudes e Conduta Ética:** é um órgão permanente e deliberativo que assegura decisões imparciais e alinhadas aos princípios de legalidade, isonomia, impessoalidade, boa-fé e julgamento objetivo. Seu objetivo é avaliar, direcionar e controlar casos de fraude interna ou externa, bem como supervisionar a aplicação do Código Ético e de Conduta por meio de relatos recebidos. Além disso, coordena ações do Programa de Prevenção e define sanções ou medidas disciplinares conforme relatórios de investigação das áreas competentes.

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade e continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional.

O GRUPO Mapfre define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

O GRUPO Mapfre utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral desses riscos à resseguradora Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados.

Concentração de riscos

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de contribuições/prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro							30/06/2026	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradicional	%	TOTAL	%
Centro Oeste	11	0%	906	2%	68	2%	985	1%
Nordeste	28	0%	3.101	8%	261	7%	3.390	3%
Norte	3	0%	485	1%	46	1%	534	1%
Sudeste	61.583	95%	30.602	79%	3.209	81%	95.394	89%
Sul	2.953	5%	3.451	9%	368	9%	6.772	6%
Total	64.578	100%	38.545	100%	3.952	100%	107.075	100%

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Líquido de resseguro							30/06/2026	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradicional	%	TOTAL	%
Centro Oeste	8	0%	906	2%	58	2%	972	1%
Nordeste	21	0%	3.101	8%	226	8%	3.348	4%
Norte	2	0%	486	1%	41	1%	529	1%
Sudeste	48.147	95%	30.602	79%	2.210	78%	80.959	88%
Sul	2.311	5%	3.451	9%	295	10%	6.057	7%
Total	50.489	100%	38.546	100%	2.830	100%	91.865	100%

Bruto de resseguro							30/06/2025	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradicional	%	TOTAL	%
Centro Oeste	8	0%	916	3%	61	2%	985	1%
Nordeste	30	0%	3.243	9%	276	8%	3.549	3%
Norte	5	0%	419	1%	63	2%	487	0%
Sudeste	83.733	96%	27.309	77%	2.650	79%	113.692	90%
Sul	3.720	4%	3.477	10%	288	9%	7.485	6%
Total	87.496	100%	35.364	100%	3.338	100%	126.198	100%

Líquido de resseguro							30/06/2025	
Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL	%	FGB-Tradicional	%	TOTAL	%
Centro Oeste	7	0%	916	3%	53	2%	976	1%
Nordeste	26	0%	3.243	9%	246	11%	3.515	3%
Norte	4	0%	419	1%	60	3%	483	0%
Sudeste	71.187	96%	27.309	77%	1.685	74%	100.181	90%
Sul	3.163	4%	3.477	10%	224	10%	6.864	6%
Total	74.387	100%	35.364	100%	2.268	100%	112.019	100%

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram considerados os comportamentos das carteiras diante de três cenários de estresse:

- Taxa de juros:** redução de 100 *basis points* na Estrutura a Termo da Taxa de Juros vigentes, definida pela SUSEP, utilizada para desconto dos fluxos de caixa.
- Taxa de mortalidade:** redução de 10% na taxa de mortalidade do risco de sobrevivência o que causa aumento da expectativa de vida.
- Taxa de conversão em renda:** aumento de 20% na taxa de conversão em renda, e consequente redução de resgate/cancelamentos.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Sensibilidade	Impacto patrimônio líquido/resultado (Bruto de impostos)	Impacto patrimônio líquido/resultado (Bruto de impostos)
	30/06/2026	31/12/2025
Alteração das principais premissas das provisões técnicas	Bruto de resseguro	Bruto de resseguro
Redução de 100 bps na ETTJ	(11.221)	(10.829)
Redução de 10% na taxa de mortalidade	(5.609)	(6.811)
Aumento de 20% na taxa de conversão em renda	431	432

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletida nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. A Companhia hoje opera somente com a resseguradora local Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e para ela foi considerado o *rating* da Mapfre RE Compañía de Reaseguros S.A.

Os prêmios de resseguros no montante de R\$ 632 possuem a classificação de *rating* A.

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *AM Best* e *Standard & Poor's*.

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela Mapfre Investimentos Ltda., empresa do GRUPO Mapfre, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

Para os fundos especialmente constituídos VGBL/PGBL, a gestão dos fundos é feita também pelo BNP *Paribas Asset Management* Brasil Ltda. e GAUSS Capital Gestora de Recursos Ltda.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e no caso dos outros títulos como ativos de crédito privado que tenham *rating* no mínimo A.

As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

	30/06/2026							
Ativos financeiros - rating	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (**)	2.455.756	-	-	-	-	-	-	2.455.756
Certificados de depósitos bancários - CDB	49.147	79.370	9.873	132.395	-	-	-	270.785
Debêntures	20.919	-	-	-	-	32.057	-	52.976
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	-	4.288	-	-	4.288
Letras financeiras - LF	292.910	52.628	20.783	159.759	-	-	-	526.080
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	6.916	6.916
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	-	-	(1.161)	(1.161)
Total	2.818.732	131.998	30.656	292.154	4.288	32.057	5.755	3.315.640

	31/12/2025						
Ativos financeiros - rating (*)	AAA	AA+	AA	AA-	A+	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (**)	2.341.577	-	-	-	-	-	2.341.577
Certificados de depósitos bancários - CDB	92.281	19.474	26.429	96.381	-	-	234.565
Debêntures	56.776	-	-	-	-	-	56.776
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	-	1.506	-	1.506
Letras financeiras - LF	429.884	28.862	36.227	68.140	-	-	563.113
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	58.335	58.335
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	-	(1.455)	(1.455)
Total	2.920.518	48.336	62.656	164.521	1.506	56.880	3.254.417

(*) Não contempla saldo de ações no montante de R\$ 86.328 (R\$ 92.401 em 31 de dezembro de 2025).

(**) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 390.776 (R\$ 305.553 em 31 de dezembro de 2025) com lastro em títulos públicos.

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

A Companhia baixa um ativo financeiro, total ou parcialmente, quando conclui que não existe expectativa razoável de recuperação, em conformidade com o CPC 48. Essa expectativa é considerada inexistente quando, de forma isolada ou combinada, ocorrerem, entre outros, os seguintes eventos:

- Rebaixamento do rating de crédito para níveis considerados de alto risco ou *default*, de acordo com a política interna da Companhia;
- Índícios objetivos de insolvência, liquidação, falência, intervenção regulatória ou recuperação judicial;
- Inadimplência prolongada sem perspectiva de regularização;
- Avaliação econômico-financeira que indique que os custos de recuperação superam os benefícios esperados.

A baixa é efetuada independentemente da existência de ações formais de cobrança ou medidas legais em andamento, uma vez que o *write-off* representa o reconhecimento contábil de que o ativo não é mais recuperável, e não implica perdão da obrigação contratual.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto à incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos quanto às dificuldades na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar obrigações. A Companhia possui política específica que estabelece índices mínimos de liquidez requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente aos órgãos de governança o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Companhia acompanha e faz a gestão do risco de liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, consideram os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez

$\geq 100\%$	Cumprimento total
$< 100\% - 90\%$	Zona verde
$< 90\% - 30\%$	Zona amarelo
$< 30\%$	Zona vermelho

	30/06/2026	31/12/2025
Total a ser coberto PGBL/VGBL (nota 15) (a)	2.410.017	2.379.687
Ativos garantidores – PGBL/VGBL (nota 15) (b)	2.410.017	2.379.687
Total a ser coberto Vida e tradicional (nota 15) (a)	902.089	877.685
Ativos garantidores (nota 15) (b)	991.951	967.131
Fator de risco de liquidez (c)	3,65%	3,65%
Risco de liquidez (d)=(a)*(c)	32.926	32.036
Zona verde	3.292	3.204
Zona amarelo	19.756	19.221
Zona vermelho	9.878	9.611
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	935.015	909.721
Índice de liquidez (b)/(e)	1,06	1,06
Suficiência (b)-(e)	56.936	57.410
Classificação do nível de liquidez	Cumprimento total	Cumprimento total

A projeção dos passivos é realizada conforme premissas atuariais realistas e considera os fluxos de entradas e saídas brutas de cessão em resseguro, que decorram do cumprimento

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

dos riscos assumidos pela Companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados.

O fluxo de caixa com o perfil do passivo aponta quais são os ativos disponíveis no mercado que melhor adequam à situação futura do passivo em termos de taxa, índice e volume financeiro. Sendo preferida a seleção de ativos e instrumentos financeiros de alta liquidez, que tenham vínculo com os indexadores dos Planos de Previdência ou que tenham algum grau de correlação ou que cubram os passivos identificados e que sejam elegíveis pela política de investimentos vigente e sempre registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Para cumprimento do ALM, a companhia possui ativos classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio dos resultados, que podem ser utilizadas de forma estratégica em situações que exigem liquidez em faixas específicas, contribuindo diretamente para a gestão eficiente do ALM da Companhia.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	195.652	173.383	162.284	160.140
Fluxo de 1 a 5 anos	527.958	228.069	394.627	205.468
Fluxo acima de 5 anos	274.428	386.128	415.653	363.196
Total	998.038	787.580	972.564	728.804

(*) O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras, contribuições a vencer e operações com resseguradores. As aplicações classificadas nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas bruto de resseguro, e os débitos das operações com previdência.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Mapfre Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos da Companhia, não foram considerados os fundos de PGBL e VGBL, utilizando-se de paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 2.111 (1.956 em 31 de dezembro de 2025) frente a uma carteira de R\$ 991.951 (R\$ 967.131 em 31 de dezembro de 2025) contemplando as carteiras administradas e os fundos a valor justo, não sendo consideradas as aplicações referentes aos fundos especialmente constituídos PGBL/VGBL.

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantém participação. O prazo médio apresentado é de 5,52 (5,94 em 31 de

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

dezembro de 2025) está de acordo com as diretrizes do GRUPO Mapfre, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: (i) Taxa de juros; e (ii) Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 3.401.968 (R\$ 3.346.818 em 31 de dezembro de 2025).

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultados	Impacto no patrimônio líquido/resultados
	30/06/2026	30/06/2025
Elevação da taxa de juros	(47.686)	(52.998)
Redução da taxa de juros	53.746	71.274

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do Risco Operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

Outro mecanismo de avaliação se reflete na avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Com a publicação da Resolução CNSP nº 467 de 25 de abril de 2024, as entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, como mínimo, o foco nos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

Consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- Cibernético;
- Conformidade;
- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental, Social e Governança.

Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

No âmbito de Gestão de capital no médio e longo prazo, a Companhia deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Companhia.

A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela Governança e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco – CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido (a)	172.225	170.984
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(507)	(488)
Despesas antecipadas	(76)	(27)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(28.475)	(20.875)
Ativos intangíveis	(9)	(14)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(25.419)	(27.324)
1. Ajustes contábeis (b)	(54.486)	(48.728)
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	52.565	55.577
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	52.565	55.577
PLA - Nível 1	105.933	110.741
PLA - Nível 2	52.565	55.578
PLA - Nível 3	11.806	11.514
Subtotal PLA - Nível (d)	170.304	177.833
Limitador CMR - PLA Nível 1	105.933	110.741
Limitador CMR - PLA Nível 2	27.546	26.865
Limitador CMR - PLA Nível 3	11.806	11.514
Subtotal PLA - Limitador (e)	145.285	149.120
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (f = e - d)	(25.019)	(28.713)
4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis+ ajustes econômicos + ajustes do excesso de nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	145.285	149.120
5. Capital Mínimo Requerido		
Capital base (CB)	15.000	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	78.704	76.757
Capital de risco de subscrição	69.324	68.261
Capital de risco de crédito	3.593	4.068
Capital de risco operacional	2.654	2.609
Capital de risco de mercado	14.145	11.431
Correlação entre os riscos	(11.012)	(9.612)
Capital mínimo requerido (h)	78.704	76.757
Suficiência de capital (i = g - h)	66.581	72.363
Suficiência de capital (i / h)	84,6%	94,2%
Índice de solvência (j = g / h)	1,85	1,94

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	35	32
Equivalente de caixa	150	84
Total	185	116

6. APLICAÇÕES**a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico**

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos. Os títulos e valores mobiliários classificados como “mensurados a valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos				Total		
		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	30/06/2026	%	31/12/2025
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		704.637	1.546.326	289.304	92.083	2.632.350	2.632.235	2.632.350	115	2.632.350	77%	2.579.245
Fundos de investimentos		114.430	108.992	-	(1.089)	222.333	222.218	222.333	115	222.333	8%	199.557
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	108.992	-	-	108.992	108.877	108.992	115	108.992	49%	103.501
Operações compromissadas (*)	2	114.430	-	-	-	114.430	114.430	114.430	-	114.430	51%	97.175
Títulos da dívida agrária - TDA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
Caixa/contas a pagar/ receber	2	-	-	-	(1.089)	(1.089)	(1.089)	(1.089)	-	(1.089)	0%	(1.209)
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL		590.207	1.437.334	289.304	93.172	2.410.017	2.410.017	2.410.017	-	2.410.017	92%	2.379.688
Ações	1	-	-	-	86.328	86.328	86.328	86.328	-	86.328	4%	92.401
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	267.073	3.570	142	-	270.785	270.785	270.785	-	270.785	11%	234.565
Debêntures	2	2.223	49.261	1.492	-	52.976	52.976	52.976	-	52.976	2%	56.776
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	4.288	-	-	-	4.288	4.288	4.288	-	4.288	0%	1.506
Letras financeiras - LF	2	140.042	197.182	188.856	-	526.080	526.080	526.080	-	526.080	22%	563.113
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	213	946.016	3.845	-	950.074	950.074	950.074	-	950.074	39%	931.153
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	6.021	123.983	90.679	-	220.683	220.683	220.683	-	220.683	9%	219.203
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	5.283	-	-	5.283	5.283	5.283	-	5.283	0%	5.188
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	2.662	2.995	-	5.657	5.657	5.657	-	5.657	0%	6.303
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	3.378	1.295	-	4.673	4.673	4.673	-	4.673	0%	3.013
Operações compromissadas (*)	2	170.347	105.999	-	-	276.346	276.346	276.346	-	276.346	11%	208.378
Quotas e fundos de investimentos	2	-	-	-	6.916	6.916	6.916	6.916	-	6.916	0%	58.335
Caixa/contas a pagar/ receber	2	-	-	-	(72)	(72)	(72)	(72)	-	(72)	0%	(246)
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		25.768	358.488	385.362	-	769.618	886.936	769.618	(117.318)	769.618	23%	767.573
Fundos de investimentos		25.768	358.488	385.362	-	769.618	886.936	769.618	(117.318)	769.618	100%	767.573
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	128.520	385.362	-	513.882	613.880	513.882	(99.998)	513.882	67%	516.320
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	229.968	-	-	229.968	247.232	229.968	(17.264)	229.968	30%	225.813
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	25.768	-	-	-	25.768	25.824	25.768	(56)	25.768	3%	25.440
Total		730.405	1.904.814	674.666	92.083	3.401.968	3.519.171	3.401.968	(117.203)	3.401.968	100%	3.346.818
Circulante										2.658.118		2.579.245
Não circulante										743.850		767.573

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. As debêntures tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para títulos privados de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - “*Market to Model*” do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	30/06/2026		31/12/2025	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	1,91% +105% do CDI	0,03% +105% do CDI	1,91%+105% do CDI	0,03%+111% do CDI
Debêntures	3,70% do CDI	3,70% do CDI	106,25% a.a. + CDI	106,25% a.a. + CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	104% do CDI	104% do CDI	104% do CDI	104% do CDI
Letras financeiras - LF	109% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
Letras financeiras - LF	1,00% a.a + CDI	0,19% a.a + CDI	0,98% a.a + CDI	0,40% a.a + CDI
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	14,22%	13,04%	13,66%	13,04%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	11,43%	2,57%	10,25%	2,57%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	5,52%	4,68%	8,56%	4,33%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	14,32%	13,34%	13,95%	12,98%
Operações compromissadas	14,09%	14,09%	14,84%	14,84%
Títulos da dívida agrária - TDA	-	-	8,70%	8,70%

e) Movimentações das aplicações

	01/01/2026	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2026
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	2.579.245	267.759	(374.231)	-	159.577	2.632.350
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	767.573	-	(29.036)	(22.855)	53.936	769.618
Total	3.346.818	267.759	(403.267)	(22.855)	213.513	3.401.968

	01/01/2025	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2025
--	------------	------------	----------	----------------------	-------------	------------

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Mensuradas a valor justo por meio do resultado	2.505.732	281.558	(385.966)	-	153.942	2.555.266
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	631.224	-	(24.417)	9.133	30.841	646.781
Total	3.136.956	281.558	(410.383)	9.133	184.783	3.202.047

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**a) Composição**

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência	23.935	24.613
Taxa de gestão de fundos	2.774	2.712
Resgates em processo de identificação	130	1.012
Outros créditos operacionais	41	41
Total	26.880	28.378
Circulante	4.754	5.500
Não circulante	22.126	22.878

b) Aging

	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	4.754	5.500
De 1 a 5 anos	6.044	6.027
Acima de 5 anos	16.082	16.850
Total a vencer	26.880	28.378

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO**a) Ativo**

	30/06/2026	31/12/2025
Recuperação de sinistros	633	-
Redução ao valor recuperável	(1)	-
Total	632	-

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de sinistros a liquidar – PSL	2.993	2.482
IBNR/IBNeR	1.498	1.540
PPNG – Vida/VGBL	123	-
Total	4.614	4.022

b) Passivo

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios cedidos - Vida	7.734	7.139
Comissões a recuperar - Vida	(1)	(1)
Total	7.733	7.138

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

c) Movimentação das provisões de resseguro

	30/06/2026				
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	Total
Saldo inicial	-	2.482	1.064	476	4.022
Constituições	264	-	6.265	3.056	9.585
Diferimento pelo risco decorrido	(141)	-	-	-	(141)
Aviso de sinistros	-	2.113	-	-	2.113
Sinistros pagos a recuperar	-	(1.794)	-	-	(1.794)
Atualização monetária e juros	-	194	-	-	194
Reversões	-	-	(6.375)	(2.988)	(9.363)
Redução ao valor recuperável de resseguro	-	(2)	-	-	(2)
Saldo final	123	2.993	954	544	4.614

	30/06/2025				
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	Total
Saldo inicial	-	4.232	862	373	5.467
Constituições	256	-	6.027	2.585	8.868
Diferimento pelo risco decorrido	(127)	-	-	-	(127)
Aviso de sinistros	-	3.652	-	-	3.652
Sinistros pagos a recuperar	-	(2.967)	-	-	(2.967)
Atualização monetária e juros	-	159	-	-	159
Reversões	-	-	(5.862)	(2.521)	(8.383)
Saldo final	129	5.076	1.027	437	6.669

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	27.324	30.838
Constituição	6.067	7.173
Reversões	(7.972)	(8.928)
Saldo final	25.419	29.083

O prazo de diferimento é de 60 (sessenta) meses para planos dotais e 85 (oitenta e cinco) meses para planos de previdência (60 (sessenta) meses para planos dotais e 74 (setenta e quatro) meses para planos de previdência em 30 de junho de 2025.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2026	31/12/2025
Participação nos lucros a pagar	1.109	1.864
Compartilhamento de gastos	171	541
Fornecedores e outras obrigações a pagar	311	175
Total	1.591	2.580

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	2.985	-
Antecipação de imposto de renda	(1.772)	-
Contribuição social	1.798	-

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Antecipação de contribuição social	(849)	-
COFINS	141	71
PIS	22	12
Total	2.325	83

12. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

São compostos por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes, no montante de R\$ 981 (R\$ 698 em 31 de dezembro de 2025).

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

São compostos por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes rendas de contribuições e prêmios.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Até 30 (trinta) dias	560	163
De 31 a 60 (sessenta) dias	-	3
Total	560	166

14. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS**a) Composição**

	<u>30/06/2026</u>				
	VGBL	Vida Individual	PGBL	Tradicional	Total
Provisão de Benefícios a Conceder - PMBaC	1.049.215	499.830	1.360.802	158.908	3.068.755
Provisão de benefícios Concedidos - PMBC	28.726	-	86.023	86.991	201.740
Provisão de Eventos Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	-	1.253	-	129	1.382
Provisão de Eventos Ocorridos mas Suficientemente Avisados - IBNeR	-	715	-	73	788
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	-	3.547	-	365	3.912
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	250	32.659	364	412	33.685
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR/PDC	284	32	414	292	1.022
Provisão de Resgastes e Outros Valores a Regularizar - PVR	630	35	2.872	139	3.676
Provisão de Prêmios não Ganho - PPNG	-	-	-	137	137
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	9	-	95	1.711	1.815
Total	1.079.114	538.071	1.450.570	249.157	3.316.912

	<u>31/12/2025</u>				
	VGBL	Vida Individual	PGBL	Tradicional	Total
Provisão de Benefícios a Conceder - PMBaC	1.045.756	476.772	1.333.931	155.829	3.012.288
Provisão de Benefícios Concedidos - PMBC	28.105	-	80.016	84.643	192.764
Provisão de Eventos Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	-	1.688	-	-	1.688
Provisão de Eventos Ocorridos mas Suficientemente Avisados - IBNeR	-	755	-	-	755
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (*)	-	3.339	-	-	3.339
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	472	39.354	651	323	40.800
Provisão de Despesas Relacionadas - PDC	196	16	383	296	891
Provisão de Resgastes e Outros Valores a Regularizar - PVR	283	648	2.264	98	3.293
Provisão de Prêmios não Ganho - PPNG	-	-	-	128	128
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	53	-	236	5.474	5.763
Total	1.074.865	522.572	1.417.481	246.791	3.261.709

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 3.548 (R\$ 3.339 em 31 de dezembro de 2025)

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

b) Movimentação

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	3.261.709	3.100.097
Constituição	92.296	108.533
Atualização monetária/PEF	192.835	196.447
Portabilidades	(104.432)	(98.828)
Pagamentos (Rendas/Resgates/Benefícios)	(226.594)	(235.676)
Outras movimentações	101.098	98.986
Saldo final	3.316.912	3.169.559

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas PGBL/VGBL	2.410.017	2.379.687
Provisões técnicas Vida e Tradicional	906.895	882.022
Parcela correspondente a resseguros contratados	(4.491)	(4.022)
Depósitos judiciais redutores	(315)	(315)
Total a ser coberto	3.312.106	3.257.372
Mensuradas a valor justo por meio do resultado – PGBL/VGBL	2.410.017	2.379.687
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	222.333	199.558
Mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	769.618	767.573
Ativos garantidores	3.401.968	3.346.818
Suficiência	89.862	89.446

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidades de perda

	30/06/2026				31/12/2025			
	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro
Provável	2	2.127	3.207	2.577	2	2.127	3.022	2.392
Possível	1	770	341	102	1	770	317	95
Total	3	2.897	3.548	2.679	3	2.897	3.339	2.487

17. PROVISÕES JUDICIAIS**a) Composição**

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fiscais	-	-	1.312	1.253
Cíveis	484	416	-	-
Trabalhistas	73	66	16	15
Sinistros em discussão judicial – PSLJ (*)	3.548	3.339	1.755	1.688
Total	4.105	3.821	3.083	2.956

(*) As provisões de sinistros judiciais estão no grupo de provisões técnicas.

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas por probabilidade de perda

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026			31/12/2025		
	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado
Fiscais	2	1.721	-	2	1.828	-
Possível	2	1.721	-	2	1.828	-
Cíveis	25	666	484	23	925	416
Provável	12	484	484	14	416	416
Possível	9	182	-	7	129	-
Remoto	4	-	-	2	380	-
Trabalhistas	1	73	73	1	66	66
Provável	1	73	73	1	66	66
Total	28	2.460	557	26	2.819	482

c) Movimentação

	30/06/2026			30/06/2025		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	416	66	482	361	160	521
Constituições/reversões	45	-	45	(2)	(85)	(87)
Atualização monetária	23	7	30	33	9	42
Pagamentos	-	-	-	(6)	(25)	(31)
Saldo final	484	73	557	386	59	445

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas com estimativas de até 5 (cinco) anos para desembolsos.

O critério de atualização das provisões judiciais foi alterado para enquadramento do disposto na Lei nº14.905 de 28 de junho de 2024, bem como alinhado à entendimentos jurisprudenciais, entendendo como melhor enquadramento para todas as ações judiciais em andamento, o indexador IPCA para atualização monetária e o fator da Taxa Legal (SELIC - IPCA) para cômputo dos juros de mora. A aplicabilidade ocorreu para as ações judiciais em estoque, originadas antes ou depois da entrada em vigor da referida Lei.

Trabalhistas - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços por meio de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC acrescidas de juros.

Cíveis - Referem-se a reclamações previdenciárias envolvendo pedidos de resgates e cláusulas contratuais. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC para atualização monetária e o fator da Taxa Legal (SELIC - IPCA) para cômputo dos juros de mora.

Fiscais - A Companhia possui discussões tributárias na esfera judicial, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda dessas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC tendo em vista que os depósitos foram realizados antes de 31 de dezembro de 2025, conforme Lei nº 14.973 de 16 de setembro de 2024. Para a data base de 30 de junho de 2026, a Companhia não possuía registro contábil de contingência uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstramos abaixo:

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

IRPJ/CSLL - Discute judicialmente exigência de IRPJ/CSLL, em razão de pedidos de compensação – PER/DCOMP's – não homologados pela Receita Federal. Valor em discussão depositado judicialmente atualizado por probabilidade de perda classificada como possível no montante de R\$ 1.091 (R\$ 1.060 em 31 de dezembro de 2025).

PIS/COFINS – Discute judicialmente a incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. No âmbito do STJ, aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos pela Companhia em face da decisão que negou provimento ao Recurso Especial. No âmbito do STF, aguarda julgamento do Recurso Extraordinário. Em razão da admissibilidade do Recurso Extraordinário foi apresentado pela Companhia pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário, o qual foi deferido em 27 de abril de 2021. Posteriormente, em 05 de junho de 2024, o novo relator designado para o processo cassou o efeito suspensivo anteriormente concedido. A Companhia interpôs Agravo Interno em face da decisão de reconsideração e, em 27 de junho de 2024, sobreveio nova decisão do ministro que concedeu o efeito suspensivo, pleiteado no agravo, portanto, atualmente, a Companhia conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Tendo em vista que o tema ainda pende de decisão final no âmbito do STF, e tendo em vista que em oportunidade anterior a referida corte se manifestou de forma contrária a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas, os assessores legais da Companhia seguem com a avaliação da probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 630 (R\$ 768 em 31 de dezembro de 2025).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 246.274 e está representado por 1.010.859 ações ordinárias sem valor nominal.

Em 18 de fevereiro de 2026, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP homologou o aumento de capital no montante de R\$ 50.000, relativo ao processo nº 15414.672293/2025-01, aprovado pelos acionistas em 2025.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a variação da taxa de juros da provisão complementar de cobertura (PCC), líquidos dos efeitos tributários.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**a) Ramos de atuação – seguros**

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição de risco	3.594	2.956	15,83%	4,36%	-	

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

ida individual por sobrevivência	15.888	20.237	22,18%	25,82%	34,67%	30,15%
Total	19.482	23.193	21,01%	23,09%	28,27%	26,31%

	30/06/2026	30/06/2025
b) Rendas de contribuições e prêmios	71.309	87.757
VGBL	32.407	52.011
PGBL	38.545	35.364
Tradicional	357	382
c) Prêmios ganhos	19.482	23.193
Prêmios emitidos	32.171	35.485
Contribuições para cobertura de riscos	3.595	2.956
Variações de provisões técnicas de prêmios	(16.284)	(15.248)
d) Sinistros ocorridos	(4.093)	(5.355)
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	(4.367)	(5.360)
Variação de sinistros/eventos ocorridos mas suficientemente avisados - IBNeR	(33)	10
Variação de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	307	(5)
e) Custo de aquisição de seguros e previdência	(8.229)	(9.528)
Comissão – Vida	(4.107)	(4.908)
Variação das despesas de comercialização diferidas - Vida	(1.401)	(1.194)
Despesa com corretagem	(1.057)	(1.012)
Comissão - VGBL	(902)	(1.253)
Variação das despesas de comercialização diferidas - VGBL	(347)	(350)
Despesa de custeamento de venda	(258)	(601)
Variação das despesas de corretagem e agenciamento diferidas	(157)	(210)
f) Outras receitas e despesas operacionais	(3.438)	6.115
Recuperação/despesas de rendas pagas	(4.963)	3.257
Outras receitas e despesas operacionais	(410)	(176)
Despesa com cobrança	(6)	(37)
Receitas com penalidades	1.927	2.656
Redução ao valor recuperável	14	415
g) Resultado com resseguro	(13.016)	(10.131)
Prêmio de resseguro cedido	(15.210)	(14.179)
Recuperação de indenizações	2.113	3.689
Provisões técnicas de prêmios	123	130
Provisões técnicas de sinistros	(42)	229
h) Despesas administrativas	(8.136)	(7.352)
Pessoal próprio	(3.847)	(3.672)
Serviços de terceiros	(2.334)	(2.106)
Compartilhamento de despesas (*)	(1.262)	(774)
Localização e funcionamento	(571)	(445)
Depreciação e amortização	(42)	(44)
Donativos e contribuições	(32)	(35)
Publicação	(18)	(137)
Outras despesas administrativas	(30)	(139)
(*) Refere-se a compartilhamento de despesas e receitas entre as empresas do GRUPO Mapfre.		
i) Despesas com tributos	(2.945)	(3.215)
Taxa de fiscalização	(1.764)	(1.764)
COFINS	(688)	(895)
ISS	(340)	(332)
PIS	(112)	(145)
Outros tributos	(41)	(79)
j) Resultado financeiro	20.853	(11.641)
Receitas financeiras	213.934	185.107
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	159.577	153.942
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	53.936	30.841
Atualização monetária e juros de resseguro	194	159

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Redução ao valor recuperável	33	-
Outras receitas financeiras	194	165
Despesas financeiras	(193.081)	(196.748)
Atualização monetária - PGBL/VGBL	(153.116)	(144.482)
Atualização monetária - Vida Individual	(31.620)	(24.206)
Atualização monetária - Tradicional	(10.561)	(8.567)
Atualização monetária de valores a regularizar	(326)	(275)
Atualização de excedente financeiro (*)	2.788	(18.917)
Atualização monetária de provisões judiciais	(30)	(41)
Redução ao valor recuperável	-	(114)
Outras despesas financeiras	(215)	(146)

(*) A redução da PEF decorre das variações a mercado negativas dos Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos – FIE's classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos e após participações	17.883	17.883	(5.215)	(5.215)
Adições e exclusões permanentes	(49)	(49)	(16)	(16)
Adições e exclusões temporárias	(707)	(707)	(1.218)	(1.218)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízo fiscal	17.127	17.127	(6.449)	(6.449)
Compensação de prejuízo fiscal/Base negativa	(5.138)	(5.138)	-	-
Resultado fiscal do período	11.989	11.989	(6.449)	(6.449)
Tributos calculados pela alíquota nominal	(2.985)	(1.798)	-	-
Tributos sobre o lucro do semestre	(2.985)	(1.798)	-	-
Alíquota efetiva	16,69%	10,05%	0%	0%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	01/01/2026	Constituição	Reversão	30/06/2026
Tributos a compensar	27	2	-	29
Tributos retidos na fonte	2.848	422	(2.008)	1.262
Outros créditos	-	75	-	75
Total do ativo circulante	2.875	499	(2.008)	1.366
Ativo	01/01/2026	Constituição	Reversão	30/06/2026
Provisão para riscos de crédito	(248)	33	(19)	(234)
Ajustes de títulos a valor justo TVM	37.785	14.073	(4.931)	46.927
Ajustes de PCC	(5.397)	-	(1.250)	(6.647)
Total do ativo não circulante	32.140	14.106	(6.200)	40.046
Ativo	01/01/2025	Constituição	Reversão	30/06/2025
Tributos a compensar	290	80	(349)	21
Tributos retidos na fonte	2.142	1.304	(141)	3.305
Total do ativo circulante	2.432	1.384	(490)	3.326
Ativo	01/01/2025	Constituição	Reversão	30/06/2025
Provisão para riscos de crédito	(194)	50	(97)	(241)

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Ajustes de títulos a valor justo TVM	37.936	1.964	(5.617)	34.283
Ajustes de PCC	(5.187)	943	-	(4.244)
Total do ativo não circulante	32.555	2.957	(5.714)	29.798

A Companhia possui crédito tributário fiscal/base negativa nos anos de 2018, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 não constituído no montante de R\$ 19.478 (R\$ 21.533 em 31 de dezembro de 2025).

21. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona e administra plano de previdência complementar a seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria no montante de R\$ 1 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2025). O regime do plano é de contribuição definida.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia empresas que compõem o Grupo Mapfre, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		30/06/2026				31/12/2025				30/06/2025			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
MAC Investimentos S.A. (1)	Coligada	10	-	42	-	12	-	29	-				
Mapfre Brasil Participações S.A. (1)	Acionista Indireta	23	113	714	(1.045)	30	26	1.362	(1.241)				
Mapfre Capitalização S.A. (1)/(3)	Coligada	74	8	775	(180)	143	81	871	(272)				
Mapfre Investimentos Ltda. (1)/(3)	Coligada	7	-	55	(54)	11	-	58	(50)				
Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros s (2)	Coligada	3.630	7.733	2.015	(15.087)	2.487	7.138	3.920	(14.051)				
Mapfre Seguros Gerais S.A. (1)/(3)	Coligada	1.061	-	8.750	(4.792)	895	259	7.994	(4.255)				
Mapfre Vida S.A. (1)	Coligada	73	51	2.117	(1.831)	184	173	2.253	(1.876)				
MAWDY Ltda. (1)/(3)	Coligada	3	-	19	(14)	3	-	7	(6)				
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Coligada	5	-	22	(2)	7	-	19	(2)				
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Coligada	4	7	44	(82)	8	8	38	(71)				
Total		4.890	7.912	14.553	(23.087)	3.780	7.685	16.551	(21.824)				

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Companhia, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da Mapfre Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: i) administração financeira; ii) tecnologia da informação; iii) localização; iv) jurídico; v) recursos humanos; vi) marketing e vii) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO Mapfre.

(2) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido a Resseguradores. Os valores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

(3) Refere-se aos planos de previdência dos funcionários registrados nas respectivas empresas.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, a remuneração da Administração, compreendendo honorários, benefícios, bônus, participação nos lucros e incentivos a médio prazo. Os valores à remuneração da Administração são pagos pelas empresas do GRUPO Mapfre.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Comitê de Auditoria**

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa Mapfre Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Companhia.

b) Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Mapfre S.A. (ES).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Provisão Complementar de Cobertura – PCC terá seu valor calculado com a nova versão da tabela biométrica BR-EMS-v 2026 por ser adotada no Teste de Adequação de Passivos (TAP) a partir de dezembro de 2026, considerando que a vigência das tabelas BR-EMS-v.2021 se encerrou em 30 de junho de 2026.

Mapfre Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Diretoria

Felipe Costa da Silveira Nascimento – Diretor Presidente

Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux – Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade

Ana Paula Berniz Pin Modesto – Diretora Executiva de Recursos Humanos

André Conde Caselli - Diretor Executivo de Tecnologia

Luiz Fernando Padial de Camargo – Diretor Executivo Técnico

Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves – Diretor

Simone Pereira Negrão – Diretora Executiva Jurídica e Secretária Geral
Brasil

Contador

Márcio Vincenzi Jager

CRC 1SP 258226/O-1

Atuária

Vera Lucia Fernandes Lopes

MIBA 817

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026**

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário permanente de assessoramento do Conselho de Administração. Atua de forma independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Independente e Interna.

É constituído atualmente por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

A atuação do Comitê alcança as seguintes Empresas: Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A.

Os Administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar, aprovar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades relativamente às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, supervisionados pelo Comitê de Auditoria, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos atos de gestão e dos controles internos, procedimentos e Políticas.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria independente das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Sua atuação deve obedecer às normas concernentes às atividades dos auditores independentes emanadas das autoridades brasileiras e, conforme o caso, estrangeiras.

Principais Atividades

O Comitê reúne-se bimestralmente ou quando necessário for e faz diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, Gestores de Riscos e de Controles Internos e Auditorias Interna e Externa. O conteúdo das reuniões está registrado em atas, o que resumidamente detalha o cumprimento dos deveres do Comitê de Auditoria.

Nas reuniões de trabalho com Administradores, executivos e técnicos das diversas áreas das Empresas supervisionadas, o Comitê abordou neste semestre, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras, o Sistema de Controles Internos, Riscos e Conformidade, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e de riscos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Plano de Negócios, Políticas Corporativas, Relatórios de Ouvidoria, Sustentabilidade. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos à gestão das Empresas objeto dos trabalhos.

A partir da interação com as equipes das Auditorias Interna e Independente, verificou e debateu os planejamentos, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos executados por ambas

as equipes de auditoria e examinou as conclusões e recomendações.

Consideradas as informações recebidas das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê não constatou a existência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram avaliadas pelo Comitê de Auditoria que discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos de modo a formar a sua própria opinião sobre tais Demonstrações Financeiras.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e presentes as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a)** A Auditoria Interna atua de forma efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade compatível com os serviços prestados;
- b)** As atividades da Auditoria Externa e suas conclusões também são base para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras em relação às quais não foram identificadas ocorrências materiais e não se verifica comprometimento à independência dos trabalhos desenvolvidos; e
- c)** As Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram aprovadas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 30 de junho de 2026 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Adilson José Cardoso Pereira
Membro Titular

Heloísa Belotti Bedicks
Coordenadora e
Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue
Membro Titular

Rosana Passos de Padua
Membro Titular